



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

POPULAÇÃO NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS OITOCENTISTAS: dos silenciamentos à possibilidade de reconhecimento

LOS NEGROS EN LIBROS DE TEXTO DEL SIGLO XIX: del silencio al
reconocimiento

BLACK POPULATION IN NINETEENTH-CENTURY TEXTBOOKS: From
Silencing to the Possibility of Recognition

Cristina Carla Sacramento
Universidade Federal de Ouro Preto
cristina.sacramento@ufop.edu.br

Heloísa Helena Pimenta Rocha
Universidade Estadual de Campinas.
heloisah@unicamp.br

Resumo: O presente trabalho apresenta a análise de quatro livros didáticos de História do Brasil publicados no século XIX, durante a vigência da escravidão, com ênfase na representação da população negra, sendo eles: Resumo da Historia do Brasil (BELLEGARDE, 1831); Episodios da Historia Patria contados á infância (PINHEIRO, 1860); Lições de Historia do Brasil: para uso das escolas de instrucção primaria (MACEDO, 1865) e Pequena História do Brazil por perguntas e respostas: para uso da infancia brasileira (LACERDA, 1887). A análise, suscitada pela Lei 10.639/2003 - fruto da luta histórica do Movimento Negro - considera que os discursos sobre a população negra que circulam em materiais didáticos adquirem um estatuto de verdade que reverbera na sociedade, acentuando desigualdades e privilégios. Para tanto, a metodologia utilizada é a análise do discurso a partir de Foucault, com base na qual articulam-se os discursos aos lugares de poder ocupados pelos autores dos livros didáticos, homens e brancos. Os resultados sinalizam, sobretudo, para uma aparente contradição: numa sociedade escravagista, a população negra escravizada foi invisibilizada nas obras didáticas investigadas, num movimento que buscava inserir o Brasil no conjunto das nações civilizadas. Esses dados reiteram a importância da Lei 10.639/2003 que cumpre, na atualidade, papel fundamental na busca por uma educação comprometida com a equidade, haja vista que procura desconstruir discursos historicamente cristalizados, que contribuíram para hierarquizar e classificar os diferentes grupos humanos.

Palavras-chave: Leis do ensino. População negra. Livro didático.

Resumen: En este trabajo se pretende hacer un análisis de la representación del negro en cuatro libros de textos de Historia de Brasil del siglo XIX, durante la esclavitud en el país. El material de



estudio es el siguiente: Resumo da Historia do Brasil (BELLEGARDE, 1831); Episodios da Historia Patria contados á infancia (PINHEIRO, 1860); Lições de Historia do Brasil: para uso das escolas de instrucção primaria (MACEDO, 1865) e Pequena História do Brazil por perguntas e respostas: para uso da infancia brasileira (LACERDA, 1887). El análisis, impulsado por la Lei 10.639/2003 - resultado de la lucha histórica del Movimiento Negro - considera que los discursos sobre los negros que circulan en los materiales didácticos adquieren estatutos de verdad repercutiendo en la sociedad y acentuando las desigualdades y los privilegios. En la metodología, se aplicó el análisis del discurso segun Foucault, concluyéndose que los discursos están articulados a los lugares de poder ocupado por los autores (hombres y blancos) de los libros escolares. Los resultados señalan, una aparente contradicción: en una sociedade esclavista, los negros fueron invisibilizados en las obras estudiadas, contrastando con um movimento que buscaba incluir el país entre las naciones civilizadas. Los datos comprueban la importancia actual de la Lei 10.639/2003, pues juega un rol fundamental en la búsqueda por una educación comprometida con la equidad y con la desconstrucción de discursos historicamente cristalizados, que han jerarquizado y clasificado los diferentes grupos humanos.

Palabras-claves: Legislación de la educación. Negros. Libro escolar.

Abstract: This work presents an analysis of four Brazilian History textbooks published in the 19th century, during the period of slavery, with an emphasis on the representation of the Black population. The textbooks analyzed are: Resumo da Historia do Brasil (BELLEGARDE, 1831); Episodios da Historia Patria contados á infância (PINHEIRO, 1860); Lições de Historia do Brasil: para uso das escolas de instrucção primaria (MACEDO, 1865); and Pequena História do Brazil por perguntas e respostas: para uso da infancia brasileira (LACERDA, 1887). The analysis, prompted by Law 10639/2003 - a result of the historical struggle of the Black Movement - considers that the discourses about the Black population present in educational materials acquire a status of truth that reverberates in society, accentuating inequalities and privileges. The methodology used is discourse analysis as proposed by Foucault, through which the discourses are connected to the positions of power held by the authors of the textbooks, who were white men. The results indicate, above all, an apparent contradiction: in a slaveholding society, the enslaved Black population was rendered invisible in the textbooks analyzed, in a movement that sought to integrate Brazil into the group of civilized nations. These findings underscore the importance of Law 10639/2003, which plays a fundamental role today in the pursuit of education committed to equity, as it seeks to deconstruct historically crystallized discourses that contributed to the hierarchy and classification of different human groups.

Keywords: Education laws. Black population. Textbook.

Introdução

Em 2023, a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e particulares, completou 20 anos de vigência. A proposta é considerada um avanço no campo educacional, uma vez que responde a uma reivindicação histórica dos movimentos sociais negros na luta por uma educação antirracista.

Considerando a importância atribuída à educação formal, também como possibilidade de ascensão social da população negra, Sales (2005) destaca que as demandas eram voltadas, ao mesmo tempo, para a inclusão da história



africana e afro-brasileira nos currículos escolares, à formação de professores e à revisão de materiais didáticos.

Em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), que regulamenta a Lei 10.639/2003, fica evidente a proposta de desconstrução de discursos estereotipados sobre a população negra, com vistas a valorizar sua identidade e promover relações respeitadas entre os diferentes grupos.

Entretanto, estudos como os realizados por Gomes e Jesus (2013), bem como pelos Institutos Geledés e Alana (2023), apontam que, ao se completarem, respectivamente, 10 e 20 anos da promulgação da lei, ainda é um grande desafio fazer com que novas abordagens sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana se consolidem, por fatores os mais diversos.

Entre esses fatores, estão: a crença no mito da “democracia racial”, que ameniza os efeitos do racismo na sociedade, buscando sustentar a igualdade de condições entre os diferentes grupos; a ausência de enraizamento das escolas nas comunidades em que estão inseridas e de professoras/es em projetos; a formação inicial e continuada de professoras/es com relação à temática; bem como o apoio esporádico de secretarias de educação para realizar atividades, coletar informações nas escolas, estruturar bibliotecas, além de orientar sobre as providências a serem tomadas quando ocorrem situações de racismo.

Portanto, para reconhecer a importância da referida lei, no âmbito das instituições, e as mudanças que ela pretende mobilizar, é preciso interrogar os discursos produzidos sobre a população negra, ao longo da história de nosso país, sobretudo, nos livros didáticos, em função da “[...] importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido” (SILVA, 2005, p. 23).

Neste sentido, o presente artigo considera que: 1) a população negra escravizada foi, historicamente, impedida de frequentar as instituições públicas de ensino (BARROS, 2016); 2) a instrução primária, no século XIX, constituiu-se como alternativa para instruir e moralizar negros e pobres (VEIGA, 2008); e 3) a história da população negra narrada nos livros didáticos, via de regra, restringe-se ao período escravista e/ou tenta naturalizar comportamentos que a inferiorizam e amenizam as tensões sociais provocadas pelo racismo (NEGRÃO, 1987; SILVA, 1987; AUTOR X, 2013; 2018).

Por estas razões, este artigo tem em vista as seguintes perguntas: quais eram os discursos sobre a população negra em livros didáticos de História do Brasil, publicados ao longo do século XIX? Quem eram seus autores? Com qual contexto sociopolítico dialogavam?

Para respondê-las, realizou-se a análise dos seguintes livros didáticos de



História do Brasil publicados no século XIX, durante a vigência da escravidão: *Resumo da Historia do Brasil* (Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, 1831); *Episodios da Historia Patria contados á infância* (Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, 1860); *Lições de Historia do Brasil: para uso das escolas de instrucção primaria* (Joaquim Manoel de Macedo, 1865) e *Pequena História do Brazil por perguntas e respostas: para uso da infancia brasileira* (Joaquim Maria de Lacerda, 1887).

Privilegiar os livros didáticos no contexto do Brasil imperial justifica-se quando se leva em conta que o país se tornou uma nação independente, em 1822, com o objetivo de construir uma história oficial, que o apresentasse como nação civilizada, promulgando-se em 1827, a lei de 15 de outubro, que aprovava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Segundo Veiga (2008, p. 503-504),

A escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças. [...] em geral, crianças das famílias abastadas brancas buscavam meios próprios de educação de seus filhos, por sua vez o discurso civilizador destinava-se àqueles que na percepção das elites careciam de civilização. Diferentemente de outras instituições, a escola teve característica fundamentalmente inclusiva no objetivo de instruir e civilizar na perspectiva de produzir coesão social (Veiga, 2005), ainda que se tenha instalado em condições muito precárias e, portanto, não se tenha constituído como uma alternativa social.

Configura-se, então, uma relação entre a construção de uma identidade nacional e o ensino de história, estritamente ancorada no contexto sociopolítico brasileiro que, ao longo do século XIX, também começava a extinguir, gradualmente, o regime escravista. A tensão social evidencia-se diante da necessidade de instruir uma população constituída por pessoas negras livres e pessoas negras escravizadas.

Surge, assim, a importância de examinar-se, num momento em que se completam 20 anos da Lei 10.639/2003: os discursos sobre a população negra presentes em livros didáticos produzidos durante o século XIX, em articulação com as finalidades da educação escolar no período, fortemente marcada pelo objetivo de moralizar e civilizar pobres, negros e mestiços; a autoria desses materiais; e o seu contexto de produção.

A pesquisa considera, portanto, as mudanças e permanências características da produção de uma obra didática nos diferentes contextos históricos, tal como fizeram Mendes e Pereira (2021), ao realizarem a análise de 44 livros de História utilizados em instituições escolares, ao longo de mais de um



século (1910-2018). Considerando aqueles publicados antes e após a Lei 10.639/2003, os autores destacam as mudanças graduais nos modos pelos quais a população negra foi representada. Os autores apontam, nas obras anteriores à lei, que elas se limitam a apresentar a história dos povos africanos a partir do processo de escravização, caracterizando-se por uma narrativa marcada pela desumanização, castigos físicos, ausência da população negra em posições de liderança, mesmo em livros publicados após a lei. Apontam, ainda: para a ausência de elementos da cultura africana e afro-brasileira; e distorções históricas, bem como a omissão da resistência negra à escravidão. Nas obras posteriores à lei, são apresentadas as lutas de negros e indígenas, lideranças negras, elementos da cultura africana, como pintura, música e literatura, embora de modo superficial.

Neste sentido, adota-se como metodologia a análise do discurso (FOUCAULT, 2008), concebida como possibilidade de apreender os enunciados em seu contexto de emergência e, com base nas contribuições do mesmo autor, pode-se pensar a própria perspectiva de autoria.

Para Foucault (2006), um autor pode ser compreendido como uma função, que faz circular e funcionar os discursos em determinadas sociedades, indicando os modos pelos quais as palavras devem ser recebidas e o seu status. A perspectiva teórica adotada mostra-se particularmente relevante quando se considera que os autores dos livros didáticos estudados ocupavam lugares de poder, prestigiados socialmente, além de serem homens brancos e letrados.

O presente exercício de reflexão e análise está organizado em dois momentos: primeiramente, procura-se examinar o cenário sociopolítico brasileiro, com ênfase nas questões educacionais. Num segundo momento, apresentam-se os livros didáticos selecionados e seus autores, enfatizando os modos pelos quais eles elaboraram uma narrativa voltada para o ensino. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com a síntese e as reflexões das análises realizadas.

A história do Brasil no contexto imperial: as contradições de uma narrativa comprometida com a identidade nacional

Tornar-se independente da metrópole portuguesa colocou ao Brasil o desafio de constituir-se como uma nação civilizada, no conjunto das outras nações. Neste sentido, como produzir uma história oficial, considerando a heterogeneidade da população?

No processo de definir as estruturas sobre as quais o Estado brasileiro se organizaria, as desigualdades sociais fizeram-se presentes na primeira proposta de Constituição, cujo projeto foi apresentado em maio de 1823. Destacam-se,



aqui, alguns de seus artigos, que trazem indícios da hierarquização social presente nesse processo. Inicialmente, chama atenção a definição dos sujeitos que integravam a sociedade brasileira. De acordo com o referido projeto, eram brasileiros:

- I. Todos os homens livres habitantes no Brasil, e nele nascidos.
- II. Todos os Portugueses residentes no Brasil antes de 12 de Outubro de 1822.
- III. Os Filhos de Pais Brasileiros nascidos em Países estrangeiros, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- IV. Os Filhos de Pai Brasileiro, que estivesse em País estrangeiro em serviço da Nação, embora não viessem estabelecer domicílio no Império.
- V. Os Filhos ilegítimos de Mãe Brasileira, que, tendo nascido em País estrangeiro, vierem estabelecer domicílio no Império.
- VI. Os Escravos que obtiverem Carta de alforria.
- VII. Os Filhos de estrangeiros nascidos no Império, contanto que seus pais não estejam em serviço de suas respectivas Nações.
- VIII. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião (BRASIL, 1823. Grifos nossos).

A população negra, na condição jurídica de escravizada, não usufruía da cidadania brasileira no Projeto de Constituição, uma vez que o critério para obtê-la era a liberdade. O fato de milhares de pessoas escravizadas terem nascido no Brasil não lhes assegurava esse reconhecimento, garantido, inclusive, aos estrangeiros de nacionalidade portuguesa, desde que residissem no país em período igual ou superior a um ano da promulgação da lei.

E quanto ao direito à educação? O mesmo projeto previa a elaboração de propostas diferenciadas de ensino para a população brasileira, prevendo que, para a população branca, caberia a educação escolar formal; os indígenas deveriam ser civilizados e catequizados; e, finalmente, os negros emancipados deveriam receber educação religiosa e industrial.

Esses elementos permitem identificar e trazer à tona uma dinâmica que operou em diferentes esferas – ora em forma de cogitação, ora na prática – para naturalizar uma condição subalterna para a população negra, especialmente a escravizada.

A Constituição de 1824 manteve o direito de cidadania associado à



liberdade, restringindo o direito à instrução primária às pessoas livres, uma vez que se orientava segundo a perspectiva de manter as relações de poder, por meio da civilização de seu povo. Nas palavras de Veiga (2008, p. 502. Grifos nossos.):

Na origem da implementação da escola pública elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade.

Se a escola se apresentava como o espaço privilegiado para moralizar e civilizar, a História do Brasil tornou-se um possível instrumento para esse processo, pois, na medida em que se buscava construir uma narrativa para o país, a ênfase nos grandes feitos poderia suscitar o sentimento de pertencimento à nação.

Nesta perspectiva, Bittencourt (2004b, p. 31) pondera que “o ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitassem a imaginação dos meninos e fortificassem o sentido moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes”, numa perspectiva de formação moral e cívica que caracterizaria o ensino do século XIX.

Exemplar, neste sentido, é o lugar ocupado pela História do Brasil na Lei de 1827, em que esta narrativa se configura como um material de leitura e, portanto, um saber escolar, conforme excerto abaixo:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827. Grifos nossos.).

De acordo com Arantes (2013), até meados do século XIX, as escolas brasileiras não contavam com livros de leitura e, por este motivo, utilizavam materiais diversos para o seu ensino, tais como cartas, textos manuscritos, documentos de cartório, cartilhas portuguesas, Código Criminal e até mesmo a Bíblia.

No que diz respeito aos livros didáticos, especificamente, Bittencourt



(2008) afirma que, no início do século XIX, os homens letrados brasileiros dedicados a projetos educacionais, influenciados por concepções iluministas, acreditavam que “o livro escolar deveria condicionar o leitor, refrear possíveis liberdades diante da palavra escrita, impressa”. (BITTENCOURT, 2008, p. 27). Por esta razão, nessa época, a elaboração do livro didático no país estava voltada para a adaptação de livros estrangeiros, preferencialmente franceses e alemães.

Nesse sentido, a autora afirma que “um texto escolar deveria resultar, [...] diferentemente de outros livros, de um cuidadoso plano engendrado pelo poder constituído, articulado com outros discursos que definiam o saber escolar” (BITTENCOURT, 2008, p. 27). Essa postura começou a ser modificada a partir da década de 1870, quando surgiram críticas aos livros estrangeiros, seguidas de propostas de elaboração de livros nacionais que abordassem a realidade brasileira, num momento em que se começava a se observar uma tendência nacionalista no país. Tendência essa vista por Bittencourt (2008) como fruto de mudanças significativas no país, tais como o crescimento da rede escolar, o processo de urbanização e o declínio da escravidão.

Nesse contexto, os livros didáticos de História do Brasil apresentavam-se como uma possibilidade de mudança em relação às práticas de tradução de obras estrangeiras, exigindo de seus autores que se debruçassem sobre o relato da constituição de uma narrativa sobre o país e os acontecimentos nacionais. Isto justificava-se uma vez que os livros didáticos a serem utilizados no ensino de História do Brasil abordavam um tema fundamentalmente nacional, não devendo, portanto, se limitar a adaptações e traduções. Em suma: houve uma preocupação dos autores de produzir obras genuinamente brasileiras (BITTENCOURT, 2008).

Para essa produção - que exigia uma investigação dos acontecimentos que conformaram a trajetória do Brasil como nação e o seu posterior ensino nas instituições escolares - concorreram, sobretudo, duas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II (CP II).

De acordo com Guimarães (1988, p. 7), o IHGB representou uma “instituição cultural nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do iluminismo”, que buscava colocar em prática o projeto de sistematização da história brasileira, visando, ao mesmo tempo, delinear uma identidade de nação para o Brasil e inseri-lo na condição de Estado Nacional. Seus integrantes, na condição de sócios, responsabilizavam-se não somente pela coleta e organização dos dados, mas pela divulgação dessa história.

Uma das formas pelas quais a história do Brasil se constitui como saber escolar é adentrando no programa de ensino do Colégio Pedro II, num movimento que institui o ensino secundário como curso regular no país. Criado no ano de 1837 e idealizado pelo ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o colégio tornou-se uma espécie de modelo para as demais



instituições de ensino secundário no país - como os seminários religiosos e colégios particulares - pois estava comprometido com a formação dos jovens da “boa sociedade imperial brasileira” (CUNHA JÚNIOR, 2008; ALVES & CENTENO, 2009).

Desde a sua fundação, o ensino de história esteve presente, tendo por finalidade a instrução ampla dos alunos. Na cadeira de História Universal, eram contemplados conteúdos de “Geografia e História Antiga, Geografia e História Média e Moderna, História Contemporânea e História do Brasil”, distribuídos ao longo dos anos do curso (GASPARELLO, 2011, p. 472)¹. De acordo com Santos (2009, p. 62), o CP II constituiu-se no lugar em que se produziu uma história escolar, pois foram criados “espaços e tempos para o ensino da História de forma articulada à construção de uma história científica que, no caso brasileiro, tinha como lócus privilegiado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

O fato de ambas instituições serem fundadas e mantidas pelo Estado Imperial exercia influência sobre os trabalhos ali desenvolvidos, pois eles deveriam corresponder aos interesses do imperador. Basta lembrar, neste sentido, que as “cadeiras” ou disciplinas que integravam os programas de ensino eram definidas pelo governo imperial.

Isso implica dizer que o CP II participou de uma tentativa do governo imperial de forjar os elementos da nacionalidade brasileira, sistematizando e escolarizando os saberes produzidos sobre o país. A produção do conhecimento relacionado à história, à língua, à fauna, à flora, e ao próprio território, constituía cadeiras dos planos de estudo do colégio, tais como Geografia, Literatura Brasileira, Corografia do Brasil e História do Brasil.

Essa dinâmica que se desenvolveu ao longo do século XIX, articulando “homens de letras”, instituições de reconhecido prestígio social, produção de uma história nacional e o seu ensino, por meio da elaboração de livros didáticos, permite compreender de que forma a produção didática desses sujeitos articula conhecimento histórico e conhecimento escolar.

O silenciamento da escravidão e a visibilidade dos “homens de cor” nos livros didáticos de História do Brasil: ênfase nos sujeitos em detrimento da população negra

A análise aqui realizada considera que os discursos sobre a população negra em materiais didáticos adquirem um estatuto de verdade (FOUCAULT, 2010) que reverbera na sociedade, acentuando desigualdades e privilégios. Considera, ainda, que, no processo de elaboração de livros didáticos

¹ Em 1841, a duração do curso foi reduzida de 8 para 7 anos (SANTOS, 2009).



comprometidos com a construção de uma história do Brasil, alguns homens letrados do século XIX foram investidos da condição/função de autores (FOUCAULT, 2011). Acrescenta-se a esses elementos o fato dos autores aqui apresentados ocuparem espaços de poder, prestigiados socialmente, e serem homens, brancos e letrados.

As obras aqui examinadas² foram elaboradas entre os anos de 1831 e 1887, abarcando diferentes momentos da história sociopolítica do país, principalmente quando se considera o debate no âmbito do Parlamento brasileiro. Isto implica dizer que, durante o processo de elaboração dessas obras, eram debatidas e elaboradas leis voltadas para o fim do tráfico e o do próprio regime escravista, tais como a Lei Feijó (1831), a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885)³.

Nesse sentido, interroga-se: que discursos foram produzidos sobre a população negra no século XIX e constituíram-se como saberes escolares? Quem eram os homens letrados que os produziram? Em que medida o contexto de disputas em torno do fim da escravidão era explicitado nesses materiais didáticos?

A obra *Resumo da Historia do Brasil* (1831) foi escrita pelo engenheiro e militar Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (1802-1839), nascido em Lisboa. O autor tornou-se bacharel em Letras, engenheiro geógrafo na França; no Brasil, foi major do Imperial Corpo de Engenheiros, chefe da 4ª Diretoria de Obras Públicas no Rio de Janeiro, cavaleiro da Ordem de Cristo e sócio correspondente do IHGB (BELLEGARDE, 1839).

Considerada a primeira obra voltada para o ensino de História do Brasil para as escolas de instrução primária e secundária (GASPARELLO, 2004), o livro de Bellegarde consiste em uma tradução corrigida e ampliada da obra *Resumé de l'histoire du Brésil* (1825), do naturalista francês Ferdinand Denis, que, segundo se informa, teria informações inexatas.

Episodios da Historia Patria contados á infância (1860) foi uma obra escrita pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876). Nascido no Rio de Janeiro, Pinheiro teve uma trajetória marcada pela formação religiosa, pela docência e atuação em instituições prestigiadas.

Cursou Doutorado em Teologia na Universidade de Roma, foi presbítero, cônego, capelão e vice-diretor do Instituto dos Meninos Cegos (BLAKE, 1898;

² Neste trabalho foi preservada a grafia original das obras.

³ Essas leis estabeleciam, respectivamente: a liberdade de escravizados vindos de fora do Império e penas àqueles que importassem escravos; medidas de repressão ao tráfico de africanos; liberdade aos filhos nascidos de mulher escravizada e providências sobre a criação e tratamento dos mesmos e liberdade dos sujeitos com 60 anos de idade.



PINHEIRO, 1952). Souza (1995) acrescenta que ele também foi capelão do Paço Imperial e amigo de Dom Pedro II. Assumiu, como professor substituto, a cadeira de Teologia do Seminário Episcopal e atuou como professor de Retórica, Poética e História Universal do CP II, sendo nomeado, em 1857, via concurso, à cadeira de Retórica, Poética e, também, Literatura Nacional (BLAKE, 1898; PINHEIRO, 1952). Atuou como sócio-correspondente do Instituto Histórico de Paris e foi membro do IHGB.

O livro Lições de Historia do Brasil: para uso das escolas de instrução primaria (1865) teve como autor o escritor e professor Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Macedo nasceu em São João de Itaboraí (RJ), formou-se em Medicina e escreveu obras literárias, sendo *A moreninha* uma das mais conhecidas. Foi colaborador de jornais e revistas, deputado provincial e deputado geral, além de sócio efetivo do IHGB e membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte. Foi professor das princesas D. Isabel e D. Leopoldina e professor de História do Brasil no CP II, em 1849 (MATTOS, 1993; GASPARELLO, 2004).

Por fim, o livro *Pequena História do Brazil por perguntas e respostas: para uso da infancia brasileira* (1880) foi produzido por Joaquim Maria de Lacerda (1838-1886) e era constituída por perguntas e respostas, conforme indicado pelo próprio título. Nascido no Rio de Janeiro, o autor formou-se em Direito, foi membro da Arcádia de Roma e atuou como professor, escritor e editor de livros e obras didáticas (BLAKE, 1898; LACAVA, 2016). A obra estudada informa que ele produziu, ao menos, 15 livros voltados para diferentes disciplinas, como Gramática e Aritmética, o ensino de Leitura e História e Geografia Sagradas.

Conforme se observa, os homens responsáveis pela elaboração da história do Brasil tinham formações acadêmicas e profissionais as mais diversas, mas tinham em comum o fato de integrarem instituições responsáveis pela produção/legitimação do conhecimento ou pela sua circulação e ensino.

Neste sentido, no que diz respeito à população negra representada nos livros didáticos de História do Brasil, produzidos por estes homens letrados, ao menos quatro elementos podem ser destacados: a perspectiva positivista que orienta os discursos; o silenciamento sobre a população negra escravizada; um capítulo específico sobre o Quilombo de Palmares e a ênfase nas ações de três homens negros, em detrimento da população negra.

No que se refere ao primeiro aspecto, destacam-se as reflexões de Faustino e Gasparin (2001), que assinalam que o positivismo - corrente filosófica que se consolidou no século XIX - pressupunha que a ordem era condição fundamental para o progresso da humanidade. Deste modo, a sociedade era entendida como um “corpo social” dividido em muitas partes, cada uma possuindo uma função e importância. Segundo destacam os autores, ele se caracteriza por ser um modelo explicativo no qual



o real não é estático, porém, a dinâmica que ocasiona a transformação se dá de forma evolutiva, linear e previsível. Apresenta-se com um encadeamento objetivo, pois o estado da civilização humana em cada geração depende do estado da geração precedente e que irá produzir o seguinte. Essa forma de entender e explicar a sociedade nega o conhecimento a priori adotado pelos filósofos escolásticos e cria um encadeamento temporal entre passado, presente e futuro (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 159).

A perspectiva linear expõe-se pelo modo como as narrativas são construídas: nas quatro obras, os primeiros capítulos abordam ou a presença dos indígenas, chamados de “selvagens”, ou a chegada dos portugueses ao Brasil, enquanto os últimos capítulos tratam da Independência ou de fatos ocorridos no período pós-independência do país, conforme síntese no quadro abaixo:

Quadro 1- Síntese da abordagem do primeiro e último capítulos das obras analisadas

AUTOR	PRIMEIRO CAPÍTULO ⁴	ÚLTIMO CAPÍTULO
Henrique Bellegarde (1831)	Primeira época - O Brasil antes da conquista	Sexta época - O Brasil império Constitucional independente
Joaquim Pinheiro (1860)	Capítulo I - Descobrimento do Brasil	Capítulo XXX- Proclamação da independência e do Imperio
Joaquim Macedo (1865)	LIÇÃO I - Idéas preliminares (1412 - 1499)	LIÇÃO XXXIX- Indice chronologico da historia do imperio do Brasil - Reinado de S. M. I. o Sr. D. Pedro II - Desde a declaração da maioridade do Sr D. Pedro II até o anno de 1852
Joaquim Lacerda (1887)	Periodo I - Desde o descobrimento do Brazil até o dominio hespanhol (1500-1580)	Periodo IV- Reinado de D. Pedro II

Fonte: Organização das autoras.

⁴ Apesar de utilizarmos o termo capítulo, é importante assinalar que os livros estão organizados em épocas, lições e períodos.



Esta linearidade, do ponto de vista cronológico, tem em vista justificar como a sucessão de fatos – nem sempre bem-sucedidos – concorreu para a consolidação do Brasil como nação. A essa linearidade, soma-se a perspectiva de progresso, com ênfase nos grandes nomes e nos grandes feitos, conforme destaca o cômico Joaquim Pinheiro (1860, p. 1-2. Grifos nossos.) na apresentação de sua obra:

Reconheço por outro lado a necessidade de dar aos meninos noções rudimentares da historia nacional; inicial-os nas glorias e tambem nos revezes pátrios, mas de modo agradável apresentando-lh'os como uma grinalda histórica; ou uma galeria de quadros em que vejam traçados os mais memorandos sucessos.

A ênfase nos grandes homens também aparece na obra de Joaquim Lacerda (1887), ao trazer, ao final de seu livro, um tópico intitulado “Breve noticia de alguns brasileiros illustres”, no qual apresenta uma pequena biografia de 78 homens que, em sua perspectiva, foram personalidades importantes na história do país.

Observa-se a mesma abordagem nas obras de Henrique Bellegarde (1831) e Joaquim Macedo (1865), ao selecionarem e narrarem os acontecimentos protagonizados por homens⁵ - majoritariamente, brancos - que ocuparam lugares de destaque na sociedade brasileira. Nesta perspectiva, os autores associavam esses sujeitos à sua função ou atribuíam-lhes adjetivos. Como exemplos, temos o governador geral da Bahia, Pedro da Silva; o “bravo” João Jozé da Cunha Fidié; o “ilustre capitão” [Vasco da Gama], dentre outros.

Em relação ao silenciamento sobre a população negra escravizada, nos livros didáticos analisados observa-se a preponderância da escravização indígena em detrimento da escravidão africana. Nesta direção, Bellegarde (1831, p. 9-10. Grifos nossos.) inicia sua obra afirmando que

He uma verdade infelizmente incontestável, que, a toda parte onde os Europeus tem levado suas conquistas, as Nações selvagens tem rápidamente diminuido. Não são sómente as guerras, que tem exterminado os Indigenas do Novo Mundo, he preciso contár entre as causas da sua ruina, as moléstias importadas por nós, e a escravidão, a que elles tem por tantas vezes preferido a morte.

Ao abordar a Inconfidência Mineira, Bellegarde (1831, p. 172) menciona que os inconfidentes - a quem chama de “rebeldes” - tinham vários propósitos, com o movimento, dentre os quais “huma proclamação faria conhecer ao Povo que ficava desonerado de todos os impostos; o Governador seria preso, ou



assassinado em caso de resistência; e, em derradeiro apuro, se prometteria a liberdade aos escravos”.

A possibilidade de libertar os escravizados é, enfim, aludida, porém não na perspectiva de se questionar a situação desses sujeitos, mas como proposta contida num plano que o próprio autor define como um “insensato projeto de huma sociedade, que em seu seio guardava o germen da propria destruição” (BELLEGARDE, 1831, p. 173).

Pinheiro (1860, p. 14), por seu turno, associa a escravidão à condição de algumas mulheres indígenas. Assim, ao apresentar para seu público leitor os costumes dos Tupinambás, o autor destaca o cotidiano das mulheres indígenas, enfatizando que “os mais rudes trabalhos lhes erão destinados, nem uma consideração merecião de seus maridos, que as tratavão como escravas”.

O mesmo observa-se na obra de Macedo (1865, p. 60), que, na lição dedicada a apresentar os indígenas brasileiros, destaca que “a mulher que sobrevivia ao marido, casava com o irmão d’este; a sua condição porém era sempre menos a de uma companheira, do que a de uma escrava”.

Ainda na obra de Pinheiro (1860), é possível observar que a escravidão foi abordada quando se pretendia apontar o status social de algum personagem, como, por exemplo, Amador Bueno, apresentado como um homem ilustre, honrado por seu caráter, descendente de uma família nobre de Sevilha, que gozava de muita consideração na sociedade: “Sua fortuna, consistente em fazendas povoadas por grande numero de indios forros, a que então se chamavão de administrados e de escravos, constituião-no um dos homens mais poderosos da capitania” (PINHEIRO, 1860, p. 82).

Nessas obras, a população negra escravizada figura também em análises que procuram sublinhar o que se considerava como a “falta de braços”, que teria comprometido o funcionamento de engenhos e a produção nas lavouras. Em outros momentos, essa população é nomeada como “negros da fazenda” (PINHEIRO, 1860).

Ao narrar a conquista da Paraíba, Macedo (1865, p. 128. Grifos nossos.) afirma que:

Em 1584 Manoel Telles Barreto, aproveitando para realizar essa mesma obra, uma esquadra com que o general hespanhol Diogo Flores Valdez entrára na Bahia, dispóz as cousas de modo que Diogo Flores navegou com alguns navios para a Parahyba, emquanto de Pernambuco D. Philippe de Moura, lugar-tenente do donatario, e Fructuoso Barbosa seguião por terra, para coadjuval-o, levando cerca de mil homens entre portugueses, indios e africanos.



Entretanto, é importante salientar que, diferentemente dos outros autores, Macedo aborda a insubmissão dos escravizados para além do relato do Quilombo de Palmares, ao registrar que, em 13 de dezembro de 1838, “rompe na villa da Manga, no Maranhão, uma revolta de que foi chefe Raymundo Gomes, a quem se unio depois Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido pela alcunha de Balaio, e o negro Cosme com mais de tres mil escravos armados” (MACEDO, 1865, p. 410. Grifos do autor.).

É importante ressaltar que esse texto aparece ao final do livro, na Lição XXXVIII, “Menoridade do Imperador o Sr. D. Pedro II”, num trecho em que já não há narrativas, sendo o conteúdo das lições apresentado em quadros, os quais destacam os acontecimentos, seguidos do mês e do ano em que ocorreram. Neste caso, embora a lição que faz menção à Balaiada tenha sido a última a mencionar os sujeitos escravizados sem contextualizar o conflito – considerando o espaço disponível e interesse do autor –, ainda assim, essa abordagem é significativa por representar a população negra em outra circunstância que não aquela de resignação em relação ao seu lugar na sociedade.

A liberdade dos africanos escravizados, garantida pela legislação, foi abordada por Joaquim Lacerda (1887, p. 132-133; *itálico do autor, negrito nosso*) na sexta e última parte de seu livro, no tópico “Factos posteriores à guerra do Paraguay”, da seguinte forma:

P. Quaes forão os factos mais importantes occorridos no Brazil depois da guerra do Paraguay?

R. Depois da guerra do Paraguay os factos mais importantes que occorrerão no Brazil forão: a primeira viagem de Suas Magestades Imperiaes á Europa, que durou de Maio de 1871 a Abril de 1872, ficando como regente do imperio a princeza imperial D. Isabel; – a abolição da escravatura por lei de 28 de Setembro de 1871, no ministério de que era presidente do conselho o illustre visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos); – o assentamento de um cabo electrico submarino entre o Brazil e a Europa (1874); – e a viagem de Suas majestades Imperiaes aos Estados-Unidos e a Europa em 1876 e 1877.

Esse é o único livro publicado após a promulgação de todas as leis abolicionistas - com exceção da Lei Áurea - e é possível verificar que Lacerda destaca algo relacionado à escravidão - neste caso, a Lei do Ventre Livre - sem dizer a quem ela estava direcionada, efetivamente, nem que objetivos visava.

Conforme se pode observar, em todas as obras, a abordagem é um tanto genérica, pois, no que se refere à população negra escravizada, não se



contextualiza quem são os sujeitos escravizados nem tampouco há menção ao seu cotidiano. Esta perspectiva é distinta daquela apresentada por Freitas e Jesus (2021, p.122), ao destacarem que “o livro didático, seja como objeto da cultura escolar, seja como lugar de memória ou como guardião dos acontecimentos narrados em suas páginas, teve uma significativa interferência na ativação de memórias dos negros associadas quase exclusivamente à escravidão.”

Em outras palavras, no período oitocentista, a escravidão não se tornou uma narrativa central, prevalecendo o silenciamento das condições sócio-históricas da população negra. A exceção evidencia-se no fato de reservar-se um capítulo específico para a apresentação do Quilombo de Palmares⁶, que, segundo Munanga e Gomes (2006), tornou-se um estado livre, sob a liderança de Ganga Zumba. O mesmo aspecto foi ressaltado por Silva (2011, apud FREITAS E JESUS, 2021), ao tomar a representação de Zumbi como símbolo da resistência do povo negro, em livros didáticos.

Sob os títulos “Negros de Palmares” (Bellegarde, 1831); “Os Palmares” (Pinheiro, 1860) e “Lição XXV – Destruição de Palmares – Guerras civis dos mascates, em Pernambuco; e dos emboabas, em Minas, 1687-1714” (MACEDO, 1865), os autores dedicaram-se a descrever o cotidiano das pessoas que viviam no quilombo e, sobretudo, as investidas da metrópole com vistas à sua destruição.

Nesses capítulos, destaca-se a presença de narrativas ambíguas que remetem, ao mesmo tempo, à capacidade de organização dos sujeitos - inclusive sob a liderança de Zumbi - e à ameaça que representavam para as comunidades vizinhas e para o regime escravista.

Os autores destacam que Palmares foi uma exceção comparada a pequenas associações que se formavam, naquele contexto, com pouca ou nenhuma administração. Sua constituição teria sido possível por meio de saques a povoações vizinhas, dentre outras “barbaridades”. Por outro lado, destaca-se como se empenharam, com “ordem” e “previdência”, à agricultura (BELLEGARDE, 1831).

Pinheiro (1860) também afirma que os seus moradores viviam de roubos à vizinhança, mas possuíam leis que organizavam a sua convivência, bem como uma religião, que ele apresenta como “uma mistura das praticas e ceremonias christãs com as barbaras superstições de suas terras, e o seu codigo tradicional” (p. 104). Macedo (1865) também insiste no perigo da existência do Quilombo para as capitanias, sobretudo porque, segundo afirma, era um local onde também se refugiavam criminosos.

Por fim, na obra de Lacerda (1887), observa-se a seguinte menção a Palmares:



P. Quem foi o 32º governador geral do Brasil?

R. O 32º governador geral foi D. João de Lencastre, que tomou posse em 1694.

P. Quaes forão os factos mais notaveis occorridos no governo de D. João de Lencastre?

R. No governo de D. João de Lencastre, descobrirão os Paulistas ricas minas de ouro na provincia de Minas-Geraes, e foi destruída em 1697 a formidavel republica dos negros dos Palmares, nas Alagoas, que chegou a contar cerca de trinta mil escravos fugidos (LACERDA, 1887, p. 64. Grifos do autor.).

Apesar de o autor não descrever o Quilombo de Palmares, sua abordagem permite apreender que se tratava de um reduto para onde fugiram aproximadamente 30 mil escravizados, sem nenhuma contextualização prévia sobre o que seria a escravidão negra, assim como fizeram os outros autores em seus livros.

Na esteira da abordagem do Quilombo de Palmares, está a ênfase em Zumbi, seu líder, Henrique Dias e Fernando Calabar, identificados por meio dos termos “preto”, “negro”, “pardo”, “mameluco” e “homem de cor”. Os três personagens viveram no Brasil no final do século XVII, contexto da guerra contra os holandeses e da organização do Quilombo de Palmares. Estes personagens foram investigados por Finger (2012); Mattos (2010); Costa (2022); Vainfas (2018) e Ribeiro (2013), considerando o modo como foram incorporados à historiografia.

Zumbi, embora não tenha suas características fenotípicas exploradas nos livros didáticos, teria nascido em Palmares e, ao longo da história, foi representado como um homem negro. Segundo Gomes (2011, p. 62),

Não temos nenhuma descrição física de Zumbi. Algumas imagens que hoje aparecem em manuais escolares e livros de história são invenções recentes e tão fantasiosas quanto os retratos de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão, personagens do Brasil holandês.

O que chama a atenção nos livros investigados é que os três personagens, além do fato de não serem sujeitos escravizados, recebem atenção diferenciada dos autores. Fernando Calabar, por exemplo, tem um capítulo específico na obra de Pinheiro (1860) intitulado “Traição de Calabar – vantagens dos Holandeses”.



Fernando Calabar e Henrique Dias são apresentados como portadores de condutas opostas em relação à guerra contra os holandeses. O primeiro, durante o conflito que durou 30 anos, passou para o lado dos holandeses, tornou-se capitão e causou grandes prejuízos para aqueles que lutavam pelo território brasileiro. Por esta razão, é tratado como um homem astuto, um desertor, um traidor, cujas ações custaram-lhe a vida, uma vez que foi condenado à morte por enforcamento.

O segundo, Henrique Dias, manteve-se fiel aos interesses da metrópole durante toda a guerra, a ponto de ser ferido na mão e pedir para que a amputassem, de forma que pudesse continuar na batalha. Por esta razão, figura nas obras como um herói, um nobre, invicto. Na obra de Lacerda (1887, p. 138-9), ele é assim representado como um dos brasileiros ilustres:

Henrique Dias, um dos heróis da guerra contra os Holandeses, era preto e natural de Pernambuco. Em 1637, na batalha de Porto-Calvo, sendo ferido na mão esquerda, fê-la amputar e voltou ao combate. Morreu pobre e quase esquecido no Recife em 1662.

Conforme se vê, as características desses sujeitos associam-se ao modo como se comportaram no percurso da história, sobretudo no que diz respeito às suas contribuições nos fatos que permitiram ao Brasil tornar-se uma nação independente.

Zumbi, que atualmente é considerado o “primeiro herói negro do panteão nacional” (ZORZI, 2020, p. 470), por representar a resistência do povo negro e em cuja data de morte celebra-se o Dia da Consciência Negra⁷ no Brasil (ZORZI, 2022), foi apresentado nas obras como um líder corajoso.

Bellegarde (1831) destaca que ele foi escolhido entre os mais bravos do quilombo para zelar por sua segurança, perspectiva esta reiterada por Pinheiro (1860) e Macedo (1865). Vale mencionar, ainda, o fato de os autores atribuírem a ele o honroso feito de ter se atirado do alto de uma rocha, ao perceber que, uma vez capturado, seria condenado à escravidão.

E quanto à contemporaneidade? Oliveira e Ferrão (2021), ao analisarem livros voltados para o 6º, 7º e 8º anos, da coleção “História: Sociedade & Cidadania”, selecionados no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para serem utilizados em escolas públicas entre os anos de 2017 e 2019, apresentam o esforço de uma nova história que agora contempla temas como a representação do Egito antigo com reis negros, os povos Bantos, Iorubas e Malineses e a resistência dos africanos no Brasil. Ao mesmo tempo, chamam a atenção para a descontinuidade dos temas entre um volume e outro, bem como



para a presença de imagens de pessoas negras desvinculadas do conteúdo abordado.

Em outras palavras, é preciso considerar que a Lei 10.639/2003 mobilizou reflexões importantes sobre as representações da população negra em materiais didáticos, tais como os estudos de Santos e Oliveira (2023) e Martins (2022). Entretanto, os resultados obtidos sinalizam permanências que demandarão das/dos educadoras/es uma postura crítica para a consolidação de uma educação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se procurou evidenciar, os livros didáticos analisados foram produzidos em um contexto em que convergiram a necessidade da elaboração de uma história nacional e, ao mesmo tempo, o processo de inserção dessa história no contexto escolar. A escravidão, gradativamente abolida ao longo do século XIX, era considerada um dos obstáculos para o Brasil apresentar-se como nação civilizada e, por esta razão, os homens letrados brasileiros ocuparam-se de abordá-la, ora genericamente, ora associando-a aos povos indígenas.

Neste sentido, os resultados sinalizam para uma aparente contradição: numa sociedade escravagista, a população negra escravizada não foi abordada nos livros didáticos, ao passo que se enfatizou a ação de homens negros livres. Ao mesmo tempo, ainda que eles tenham abordado a resistência negra - presente no Quilombo de Palmares - é possível identificar estereótipos relacionados à conduta e religião de sua população.

Esses dados reiteram a importância da Lei 10.639/2003, que cumpre, na atualidade, papel fundamental na busca por uma educação comprometida com a equidade, haja vista que procura desconstruir discursos historicamente cristalizados, que contribuíram para hierarquizar e classificar os diferentes grupos humanos. Espera-se que essa lei torne possível o reconhecimento da história e cultura dessa população, por tanto tempo invisibilizada nos currículos e livros didáticos.

LIVROS ANALISADOS:

BELLEGRARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. **Resumo da Historia do Brasil até 1828**. Traduzido de Mr. Denis, correcto e augmentado por H. L. de Niemeyer Bellegarde. Rio de Janeiro: Typografia de Guffier e C., 1831.

LACERDA, Joaquim Maria de. **Pequena História do Brazil por perguntas e respostas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Imprimerie du Commerce; B. L. Garnier, 1887.



MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de Historia do Brasil para uso das escolas de instrucção primaria**. Rio de Janeiro: Em Casa de Domingos José Gomes Brandão, 1865.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Episodios da Historia Patria contados á infância**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 1860.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 jul. 2024.

BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. Elogio historico do falecido socio correspondente o major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, recitado pelo sargento-mór Pedro de Alcantara Bellegarde, orador do Instituto. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, n. 1 3ª ed, Tomo I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 226- 232, 1º Trimestre de 1839. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNnh2dFVNTkhxclU/view?resourcekey=0-i1Ku-1NMEbqwS8jc9zLsaQ. Acesso em: 15 jul. 2024.

BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine e PORTELLA, Tânia (Orgs.). **Lei 10.639/03**: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileira. São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004b.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14856>. Acesso em: 13 jul. 2024.



BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** Brasília: Ministério da Educação/Secad, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro: Chancellaria-mór do Imperio do Brazil a fl. 85 do Livro 1º cartas, leis, e alvarás, 31 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Projecto de Constituição para o Imperio do Brasil, 1823. **Inventário Analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823.** 2. ed. revisada e reformulada. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015, p. 228-255. Disponível em: https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/Inventario_AnaliticoAcervoConstituinte1823.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. Ambivalências pretas nas guerras pernambucanas do açúcar: estratégias de colaboração e resistência. **Tempo**, n. 2, vol. 28, p. 103-131, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/nP9sNZHQYg6gwszmzWVC4csp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, n. 1, v. 23, p. 157-166, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2765/1896>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FINGER, Vinícius. Zumbi e a construção da identidade negra: uma análise sobre a história em quadrinhos “Zumbi – a saga de palmares”. **Revista História e Cultura**, n. 2, v.1, p.148-167, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6077332.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298, 2006.



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. [Organização e tradução de Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FREITAS, Lúcia Gonçalves de; JESUS, Marcos Túlio Pereira de. Pessoas negras em livros didáticos: trajetórias de pesquisas. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, n. 2, v. 9, p. 120-132, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5384>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Homens de letras no magistério: Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma história escolar. **Revista de História**, n. 164, p. 463-485, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022064019>. Acesso em: 17 jul. 2024.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidade**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino e JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educação em Revista**. [online], n. 47, p. 19-33, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdPZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LACAVA, Alana Godoy. Arithmetica da infancia (1890) de Joaquim Maria de Lacerda e o conteúdo da prova dos nove. **Caminhos da Educação Matemática**. Revista/Online, v. 5, n. 1, p. 106-177, 2016. Disponível em: https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473082045_ARQUIVO_Trabalho_Completo_LACAVA_Alana.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

LARA, Silvia Hunold. O território dos Palmares: cartografia, história e política. **Afro-Ásia**,



n. 64, p. 12-50, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43622/25523>. Acesso em: 3 ago. 2024.

MARTINS, Alan Bizerra. Livro didático e o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira: narrativas e políticas públicas. **Revista Semina**, Passo Fundo, n.1, vol. 21, p. 135-152, jun-abril, 2022. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/13376/114116606>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino da história. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 213-228.

Disponível em: <https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/MATTOS-Hebe.-O-heroi-negro-no-ensino-de-historia-do-Brasil..pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em lições**: A história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8913/000059389.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MENDES, Mírian Lúcia Brandão; PEREIRA, Jean Carlos Rocha. A representação do negro nos manuais didáticos de história e sua produção identitária. **Revista da ABPN**, n. 37, v. 13, Junho – Agosto 2021, p. 329-343. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1174>. Acesso em: 21 fev. 2025.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender. São Paulo: Global, 2006.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: s.n., n.63, p. 86-87, nov. 1987.

OLIVEIRA, Giovanni França; FERRÃO, Andrea de Souza. Representações do negro nos manuais didáticos “História: sociedade & cidadania”. **História & Ensino**, Londrina, n. 1, v. 27, p. 195-223, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/37947>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. Esbôço bio-bibliográfico do cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro – Mário Portugal Fernandes Pinheiro. **Revista (Trimestral) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 217, p. 109- 130, out./dez. 1952. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsZkpIdHVrU2x4UEk/view?



resourcekey=0-c6UQT2qp2Q2EvTj0qMP5kw. Acesso em: 16 jul. 2024.

PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO PARA O IMPERIO DO BRASIL, 1823. **Inventário Analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823**. 2. ed. revisada e reformulada. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 228-255, 2015. Disponível em: https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/Inventario_AnaliticoAcervoConstituinte1823.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

RIBEIRO, Regina de Carvalho. Calabar: um intermediário cultural no Brasil Holandês. **Revista 7 mares**, n.3, p. 61-75, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/2018/11/v02n03a06.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SACRAMENTO, Cristina Carla. **De “Gente da África” a “Nossos irmãos”**: quem são os negros nos livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo e Viriato Corrêa? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013, 136 f. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Cristina%20Carla%20Sacramento.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SACRAMENTO, Cristina Carla. **Homens de cor representados por homens de letras**: uma análise de livros didáticos de História do Brasil do século XIX. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, 299f. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1021783>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II - a década de 70 - entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica**: a História e os Estudos Sociais. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

SANTOS, Ronaldo Alves Ribeiro dos; OLIVEIRA, Evandro Alves Salvador de. Representações históricas da população negra em um livro didático de história: algumas reflexões e problematizações. **Revista de Pedagogia Social UFF**, n. 1, v. 16, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pedagogiasocial/article/view/61041>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, p. 21-37, 2005. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.



SILVA, Ana Célia da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º. grau - nível I - projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: n. 63, p. 96-98, nov. 1987.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, p. 21-37. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

SOUZA, Margarete Edul Prado de. Fernandes Pinheiro e as relações França-Brasil. **Letras de Hoje**, v.30, n.3, p. 129-133, set. 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição**: Um jesuíta à serviço do Brasil holandez processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 502-516, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMSgtQq6SKHTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ZORZI, José Augusto. Um feriado a Zumbi: a tentativa de reconhecimento do 20 de Novembro em Porto Alegre (2001-2003). **Em Tempo de Histórias**, v. 1, n. 36, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31773/26501>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ZORZI, José Augusto. O 20 de Novembro (1971-2021) e a emergência de uma data afro-brasileira: da Princesa a Zumbi. **Aedos**, v. 14, n. 31, p. 111-132, jul.-dez., 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/119667/84867/526004>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de Doutorado que originou este trabalho.

Recebido em: 14/08/2024

Aceito em: 07/03/2025